

Teses e Dissertações/
Thesis and Dissertations

Autor (a): Liza Aparecida Brasílio

Orientador (a): Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Título: Um olhar sócio-histórico sobre a beleza: das amarras à alteridade

Nível: Doutorado

Defesa: 26/04/07

Resumo: Atualmente vivenciamos a exaltação do corpo e da aparência, e as práticas de cuidados com ele, para alcançar a imagem considerada bela, tornam-se regras para os indivíduos, principalmente para as mulheres. Essas práticas sociais são acompanhadas por um discurso médico que alia saúde à magreza e são propagadas pela mídia, criando nos indivíduos um desejo de possuir o corpo ideal – magro e jovem. A indústria da beleza, a cada dia, cria um novo produto e novas tecnologias da beleza para serem consumidas, procurando atingir o maior número possível de indivíduos. Assim, analisamos se o padrão de beleza, construído socialmente, atinge todas as classes sociais, ou seja, se os indivíduos da classe baixa absorvem os discursos médicos e da mídia sobre o atual culto ao corpo; analisamos quais as práticas realizadas por essa classe social e se essas causam prejuízos para a saúde; verificamos, também, se o padrão de beleza continua configurando uma desigualdade entre os sexos. Utilizamos para tal análise o referencial teórico das relações de gênero. Concluímos que este ideal de imagem atinge todas as classes sociais e que as práticas utilizadas para alcançar esse corpo, acarretam, muitas vezes, prejuízos para a saúde; o padrão de beleza é desigual entre homens e mulheres, pois, a beleza é naturalizada como uma prática feminina e são as mulheres os principais alvos dos discursos sobre a beleza, sendo as que utilizam as tecnologias para alcançar o corpo ideal.

Autor (a): Silvia Ibiraci de Souza Leite

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Título: Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna 1918-1964.

Nível: Doutorado

Defesa: 08/05/07

Resumo: O propósito deste trabalho é analisar a atuação do grupo de italianos e/ou seus descendentes que compuseram o que se convencionou chamar de elite política da cidade paulista de Catanduva durante o período de 1918 até 1964. A participação dos imigrantes na política brasileira é questão pouco esclarecida, principalmente no que se refere à forma de recrutamento dos seus membros, que só chegaram a integrá-la graças ao processo de mobilidade social. Para realizar a análise sob a ótica da questão catanduvense fez-se necessário investigar as razões que propiciaram

aos italianos a ascensão ao grupo da elite governante, uma vez que o ingresso de imigrantes e/ou seus descendentes na arena política pressupunha um alto grau de inserção na sociedade. No Brasil, a ascensão política se mostrava uma possibilidade remota para os imigrantes, uma vez que o campo da administração e do Estado eram dominados por brasileiros. No período da República Oligárquica, do coronelismo, do clientelismo, do controle eleitoral, aos imigrantes faltavam praticamente todos os requisitos necessários a um político: instrução, domínio do idioma e direitos políticos. Mas o principal fator que os impedia de ascender politicamente era não ser proprietário de terra. Era ao redor dos interesses dos proprietários de terra que o campo político se organizava e a classe governante se unia. No presente trabalho procurou-se relacionar a mobilidade social e inserção dos italianos e/ou seus descendentes entre os membros da elite governante no município de Catanduva à estrutura econômica e sistema político locais. Palavras-chave: imigrantes, italianos, elite política, Catanduva, mobilidade social, inserção.

Autor (a): Marcelo Passini Mariano

Orientador (a): Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos

Título: A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul

Nível: Doutorado

Defesa: 05/06/07

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi verificar a forma como o Mercosul está inserido no conjunto da política externa brasileira e como esta influenciou o desenvolvimento do bloco. A partir disso estabelecemos quais seriam as principais relações entre as posições do governo brasileiro e as limitações existentes na arquitetura institucional da integração. O resultado deste esforço foi a delimitação do que poderíamos chamar de um modelo de Mercosul presente na política externa brasileira, que em geral não privilegia o aprofundamento da integração, mas a sua expansão para o restante da América do Sul. A análise empírica da postura brasileira no processo negociador do Mercosul demonstrou a existência de uma estratégia diplomática de gestão da integração que se limitou, em grande parte, à tentativa de garantir uma coesão mínima necessária, e em grande medida subordinada, ao objetivo brasileiro de garantir melhores condições para o enfrentamento das negociações dos grandes acordos regionais, Alca e Mercosul-União Européia, e no âmbito do comércio multilateral. Verificou-se que os elementos formadores da relativa linha de continuidade da política externa brasileira – autonomia e desenvolvimento-, são válidos também para o entendimento da postura do Brasil no Mercosul, observando que estes se concretizam por meio da defesa do que chamamos de “princípio da intergovernamentalidade” e da promoção da expansão do bloco. A tese demarca

a intensificação das pressões sobre as condições tradicionais de formulação e implementação das decisões no campo da política externa, com especial atenção aos assuntos diretamente ligados à gestão brasileira do Mercosul. Esta análise permite compreender melhor o aumento da tensão sobre as condições que garantem uma situação de continuidade e previsibilidade da atuação externa brasileira. Como conclusão final verificou-se que o próprio desenvolvimento do Mercosul, juntamente com outros fatores, contribui para o aumento dessa tensão, elevando a probabilidade de uma ruptura neste linha de relativa continuidade da política externa brasileira.

Autor (a): Nivaldo Correia da Silva

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Título: O lugar da corrupção: deficiências e formas de controle na gestão de governo municipal.

Nível: Doutorado

Defesa: 06/06/07

Resumo: Esta pesquisa examinou a gestão administrativa na esfera de governo municipal, com o objetivo de compreender casos de afastamento de prefeitos por crimes contra a administração pública, descritos no Decreto Lei 2001/67, e as inovações constitucionais que se seguiram. Analisou a forma de atuação dos instrumentos de controle como a Câmara Municipal, o Ministério Público e a sociedade civil nestas ocorrências. Observou que os crimes de corrupção no governo de Antonio Sérgio Melo Buzzá, em Ribeirão Bonito, e as infrações administrativas imputadas a José Alberto Mangas Pereira Catarino, em Presidente Venceslau, ambos no interior do Estado de São Paulo, são resultado de uma soma de fatores em que a ineficiência e a participação do servidor graduado nas irregularidades, por meio de mecanismos informais da burocracia, têm relevância decisiva para a permanência destes fenômenos na gestão de governo. O estudo compreendido entre 1996 e 2002 referente aos dois mandatos, foi importante por permitir perceber que as causas e os resultados dos crimes contra a administração pública que levam ao afastamento do prefeito têm suas especificidades. A disputa política entre as elites, caracterizada pelo intenso grau de animosidade entre adversários, contribui para que haja rigorosa atuação do Legislativo sobre o governo. Terreno que se abre para a percepção da presença de irregularidades na gestão de administrativa, como no caso de Presidente Venceslau. A inexistente atuação preventiva dos instrumentos de controle institucional sobre a gestão de governo, e a baixa participação da sociedade nas decisões políticas do município são fatores que contribuem para a ocorrência de irregularidades no governo das cidades. Entretanto, quando há o funcionamento dos instrumentos de controle e a mobilização popular contrária às práticas que causam prejuízo ao

município, a corrupção é questionada e combatida de forma eficiente pelos atores envolvidos com a questão, a exemplo da cidade de Ribeirão Bonito.

Autor (a): Marcos Tarcísio Florindo

Orientador (a): Prof. Dr. Renato Bueno Franco

Título: O DEOPS/SP na Era Vargas: modernização institucional e práticas tradicionais de atuação policial no controle e na repressão sobre o movimento operário.

Nível: Doutorado

Defesa: 14/06/07

Resumo: O presente trabalho analisa as práticas de investigação e de contenção utilizadas pelo DEOPS/SP na vigilância e na repressão sob o movimento operário, durante a vigência da Era Vargas. Estamos atentos para entender, no âmbito daquele departamento policial, como ocorreu a incrementação das práticas tradicionais de atuação policial (desempenhadas pelos agentes no cotidiano das investigações), a partir da absorção dos procedimentos administrativos e operacionais característicos do policiamento moderno. A modernização da polícia, conforme as reformas anotadas nos centros mais adiantados do capitalismo, foi consubstanciada, entre outras, pela burocratização institucional e especialização departamental, assim como pela ampliação do instrumental técnico de atuação policial. Tais orientações tornaram-se referências também para os reformadores locais, preocupados em adequar o modelo de organização e de atuação das forças policiais às imposturas colocadas pela modernização capitalista da sociedade. No entanto, conforme as características do processo de modernização capitalista nacional, orquestrada pelo Estado (ênfatizando seu caráter conservador das formas tradicionais de dominação política e econômica), a modernização institucional da polícia política, e sua adequação aos procedimentos modernos de atuação, não devia abster o que nela era essencial: sua posição de instrumentopositor, via temor, das normas de sociabilidade requeridas a conduta das classes populares nos espaços sociais. Nesse sentido, a contínua especialização do DEOPS/SP enfatizou suas características arbitrárias de atuação, assim como procurou ampliar sua capacidade de executar as demandas de profilaxia social dos “elementos indesejáveis”, (anarquistas, comunistas, socialistas e demais partidários da revolução social) requerida pela política estatal de arrefecimento da questão social. Para acompanhar o itinerário das principais investigações da polícia política no período citado, anotando e analisando as práticas e métodos recorrentes de investigação e contenção desempenhados, mobilizamos, como fontes principais para a pesquisa, os próprios documentos elaborados pelo DEOPS/SP, hoje guardados no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Autor (a): Marisa Geralda Barbosa

Orientador (a): Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Junior

Título: O processo de gestão pública da miséria.

Nível: Doutorado

Defesa: 20/06/07

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar se os programas públicos nacionais de combate à fome e à miséria, como o Programa Comunidade Solidária e os programas de transferência de renda, dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, alcançaram seus objetivos. Esses programas foram uma resposta aos ajustes estruturais promovidos pela adoção de políticas “neoliberais”, que atingiram, sobretudo, os mais pobres. Todos esses programas adotaram o princípio da focalização, buscando melhor administrar as finanças públicas e atingir, de forma efetiva, os “pobres” e indigentes. Enquanto o Programa Comunidade Solidária tinha um forte apelo à solidariedade, como valor que sensibilizaria toda a sociedade contra fome, a defesa da educação e da cidadania eram centrais nos programas de transferência de renda. Entretanto, à luz da teoria e metodologia marxianas, esses programas não eliminaram e nem mesmo reduziram, de forma significativa, a fome e a miséria, uma vez que se revelaram assistencialistas, compensatórios, residuais e descontínuos. Além disso, caminharam na contramão da universalização dos direitos, uma vez que o Estado tem transferido a responsabilidade com o social para o chamado “terceiro setor”. A filantropia, a cidadania e a política não foram capazes de eliminar a fome, em razão dos seus próprios limites ontológicos. Esses programas apenas disciplinaram, controlaram e administraram a miséria, sem perspectiva de superá-la.

Autor (a): Enid Almeida Pires de Mello Doin

Orientador (a): Prof. Dr. Renato Bueno Franco

Título: Pensamento e Ação em Glauber Rocha

Nível: Doutorado

Defesa: 27/06/07

Resumo: Este trabalho visa estabelecer os nexos entre o pensamento, a obra fílmica e o contexto cultural brasileiro em que se deu a trajetória do cineasta Glauber Rocha nas décadas de 50 e de 60 do último século. Sua ação na área da cultura e sua luta para a criação e o desenvolvimento do Cinema Novo no Brasil trazem a lume uma gama muito ampla das questões que então envolviam o panorama, não apenas cultural como político do período. A Guerra Fria, A Revolução Cultural e a Revolução Cubana, no panorama internacional, e o engajamento político de esquerda, o Partido Comunista Brasileiro, a ampla efervescência cultural, a política do “desenvolvimentismo” e a fase

do “arranque” brasileiro, no plano interno, foram o pano de fundo de uma das fases mais criativas da cultura brasileira, propiciando muitas vezes o aprofundamento da consciência crítica e o florescimento das linguagens artísticas, mas que, no entanto, passa a sofrer uma sensível inflexão a partir do Golpe de 1964, que apontou para um rearranjo político, econômico e cultural do país. Através da leitura e análise do material impresso do cineasta e de sua obra fílmica, temos a oportunidade de analisar esse contexto e a ação nele de Glauber Rocha.

Autor (a): Rodrigo Ruiz Sanches

Orientador (a): Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza

Título: Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente

Nível: Doutorado

Defesa: 04/07/07

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, procurando verificar a formação e a consolidação do intelectual independente. Nossa tese estrutura-se na trajetória de Sérgio Buarque de Holanda como um intelectual independente, ou seja, um tipo de intelectual envolvido com as questões centrais do debate político, mas que, mesmo envolvido com instituições político-partidárias (PT, por exemplo), procurou sempre manter certo distanciamento crítico, por isso mesmo, não se sujeitou às regras e aos comportamentos que tais instituições exigem de seus membros. Essa independência também é verificada na sua não-afeição a qualquer tipo de engessamento metodológico, o que o afastou de qualquer modismo ou conveniência. Compreender a atividade profissional de Sérgio Buarque de Holanda dentro e fora da universidade permite levantarmos algumas questões sobre o próprio papel do intelectual na sociedade brasileira. Nesse sentido, ao resgatar a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, poderemos compreender e interpretar a missão, a função, a responsabilidade e o papel do intelectual numa sociedade cada vez mais consumista que está transformando a educação em mercadoria e os educadores em mão-de-obra barata e fabril. Acreditamos que a melhor forma de discutirmos as questões relacionadas ao intelectual independente que foi Sérgio Buarque de Holanda, seja perpassando, primeiramente, pela formação do intelectual: a estrutura familiar, as cidades onde morou, a formação escolar e acadêmica, a vida profissional e a rede de relações, que revelam a formação da personalidade do escritor e do historiador. Isso nos permitiu vislumbrar, embora de modo dedutivo, características insipientes no jovem intelectual que o tempo só fez lapidar e desabrochar em formas mais vivas e sólidas. A vida acadêmica, trabalho que Sérgio Buarque de Holanda realizou esporadicamente e de forma não-linear desde 1930, e com mais assiduidade a partir de 1946, e exclusivamente a partir de

1958, só revela mais uma faceta do intelectual, compromissado com as funções da academia, a docência, a pesquisa e a orientação. Entendemos que essa discussão se faz necessária na medida em que o trabalho acadêmico é a atividade principal do intelectual, principalmente àqueles das ciências humanas e sociais, e, no caso do Brasil, quase que o único território de atuação profissional e de visibilidade. Essa atuação na universidade em nenhum momento isolou o intelectual Sérgio Buarque de Holanda. Pelo contrário, Sérgio Buarque de Holanda foi um intelectual engajado, preocupado com os problemas sociais e políticos, e atuante em diversas instituições, mas sempre mantendo-se distante da ideologia apregoadada pelo poder estatal, portanto autônomo e independente.